

Normas Brasileiras de Contabilidade são modificadas pela nova Resolução CFC nº 981/03. (Página 10)

Saiba curiosidades a respeito das normas contábeis adotadas pelos países Portugal e Suíça. (Página 8)

Pioneiro defende o Exame de Suficiência como forma eficaz de se garantir qualidade profissional. (Página 12)

# JORNAL DO CFC

BRASÍLIA-DF - ANO 6, Nº 66 - NOVEMBRO DE 2003

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## Eleições no Sistema CFC/CRCs - 2003



Das muitas realizações que ocorreram no ano de 2003, uma das mais significativas para a classe contábil foi o processo democrático de escolha dos membros dos plenários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade. Mais de 360 contabilistas concorreram ao pleito e mais de 208 mil contadores e técnicos em contabilidade votaram nos seus futuros representantes. Um verdadeiro exercício da democracia, em defesa dos interesses de toda uma categoria profissional e da sociedade em geral.

### CFC e Fenacon fazem manifesto

O Ato Público, realizado no dia 19, marca a indignação de contabilistas, empresários e sindicatos diante do texto da Reforma Tributária.

### Lei de Falências

CFC apresenta sugestões ao Projeto de Lei nº 4.376-B/93, incorporadas ao substitutivo da Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

### CFC lança Agenda Legislativa

O livro, em sua segunda edição, reúne as principais proposições de interesse da área contábil que atualmente tramitam no Congresso Nacional.

Página 3



## Editorial

# “O que é isso, companheiro?”

Na onda das “reformas necessárias que o Brasil precisa”, como diz o Presidente Lula, está a Reforma Sindical. Um capítulo à parte dentro da Reforma Trabalhista. O projeto elaborado pelo Ministério do Trabalho define um novo modelo de organização sindical, com o fim da contribuição obrigatória e a quebra da unicidade sindical.

Esses dois pontos, propostos pelo Governo, são polêmicos e deixam políticos e sindicalistas em pé de guerra. O líder do PT no Senado, Tião Viana, ao ser interpelado sobre a reforma, apela até para a proteção divina: *Deus nos ajude para que nada nessa área do trabalho chegue neste ano. Já temos confusão demais.*

Há, no Brasil, 13 centrais sindicais e cerca de 18 mil sindicatos. A cada ano, dão entrada no Ministério do Trabalho mais de três mil processos de criação de novos sindicatos. *A reforma sindical vai criar problemas para alguns dirigentes sindicais que não sindicalizam, que criam sindicatos como se criassem um boteco, que não têm responsabilidade social,* afirmou o presidente da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, deputado Vicentinho (PT-SP).

O Brasil, segundo ele, é o único país que cobra imposto sindical. A Contribuição Sindical gera uma receita anual significativa de R\$ 3,5 bilhões. A reforma pretende que os sindicatos vivam de contribuições de seus associados. Para tanto, devem focar suas ações para a conquista de associados e, depois, pela efetiva prestação de serviços. *É necessário criar sindicatos fortes que, realmente, representem seus filiados. O trabalhador que paga o imposto tem direito de saber para onde vai o seu dinheiro,* disse Vicentinho. O representante da Confederação Geral

Eugenio Novaes



dos Trabalhadores, Antonio Aquino, disse que *o fim da contribuição sindical inviabilizará os sindicatos. É o mesmo que destruir o movimento sindical.* Aí está o ponto da discórdia: ninguém quer perder esta arrecadação vultosa e cômoda.

Outra polêmica é a quebra da unicidade sindical. Hoje, é permitido apenas um sindicato por categoria em cada município. A reforma quer permitir a livre criação de sindicatos, que vivam de suas próprias conquistas, ou seja, de associados. A quebra do monopólio permitirá a criação de mais de um sindicato por categoria, numa mesma base territorial. Isso gerará uma espécie de concorrência entre sindicalistas. Aquele que agradecer mais o freguês (o trabalhador) levará para seus quadros de associado. Há controvérsias. Para o representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Eduardo Alves Carvalho, *o problema é que querem pegar o mote de liberdade para criar sindicatos por empresas, por local de trabalho, dividindo os trabalhadores. Não somos a favor disso, somos a favor da unidade dos trabalhadores.*

Bem, o projeto de reforma sindical ainda tramita no Congresso. Fiz

este inróito para mostrar as opiniões de apoiadores e opositores ao projeto. No entanto, resta saber como se posicionam os dirigentes sindicais da profissão contábil. O sindicalismo contábil estará preparado para esta nova dinâmica? O que pensa os nossos dirigentes sindicais sobre a reforma? Estão discutindo o assunto em suas reuniões de diretoria, assembleias, etc.? Se o resultado dessa discussão for contrário ao desejo do Governo, é bom agirem rápido, oferecerem contribuições ao projeto, pois a reforma está andando rápido.

Diante das controvérsias, constata-se que, aprovada a nova ordem, os sindicatos com poucos afiliados, que não negociam convenções coletivas ou que não tenham uma representação real de seus trabalhadores, serão extintos, levando junto sua estrutura federativa, se houver.

Com tudo isso, o perfil dos líderes sindicais também estará em jogo. Quanto mais criativo e dinâmico, com a liberdade sindical, mais poderá somar conquistas. Mas nem tudo são flores. Parafraseando Tancredo Neves, há três tipos de líderes – aquele que faz acontecer, o que apenas vê as coisas acontecerem e, aquele que não sabe o que acontece.

Finalizando, olha que pérola: *Para extirpar os ranços do sindicalismo arcaico, do peleguismo, o governo do PT promete aniquilar o sistema do qual o próprio presidente da República, ao tempo em que comandava os sindicatos de metalúrgicos no ABC paulista, se beneficiou e que lhe propiciou fazer carreira política. Agora não serve mais,* afirma Henrique Duarte, jornalista. E aí, companheiro?

**Alcedino Gomes Barbosa**  
Presidente do CFC  
presidencia@cfc.org.br

### ERRATAS

#### Bandeiras

As bandeiras dos estados de Sergipe e Alagoas aparecem trocadas no encarte especial das eleições.

#### Resolução

Na seção Resoluções do CFC, do **Jornal do CFC** (edição nº 65, página 3), onde se lê, “A Resolução CFC nº 949/03 está disponível, na íntegra, no site do CFC (...)”, informamos que o número correto da Resolução é 979/03, e a mesma ainda não está disponível para consulta on-line.

## Cartas

### Solicitação

Sou professor de Sistemas Contábeis em Recife (PE) e estou preparando uma apresentação sobre *softwares* e sua utilização no mundo. Gostaria que me enviassem matérias sobre *Contabilidade pelo Mundo*.

João Bosco de Souza  
bosco@bandeprev.com.br

Este espaço pertence aos leitores do Jornal do CFC. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do Jornal. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões, sugestões e pedidos serão bem-vindos.

## Expediente

### Plenário do CFC

#### Presidente

Alcedino Gomes Barbosa

#### Vice-Presidente de Administração

Sergio Faraco

#### Vice-Presidente de Desenvolvimento

Profissional - José Martonio Alves Coelho

#### Vice-Presidente de Controle Interno

Raimundo Neto de Carvalho

#### Vice-Presidente de Registro e Fiscalização

Dorgival Benjuno da Silva

#### Vice-Presidente Técnico

Irineu De Mula

### Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa  
Contador Antônio Carlos Dóro  
Contador Dorgival Benjuno da Silva  
Contador Irineu De Mula  
Contador José Justino Perini Colledan  
Contador José Martonio Alves Coelho  
Contador Raimundo Neto de Carvalho  
Contador Sudário de Aguiar Cunha  
Contador Sergio Faraco  
Contador Washington Maia Fernandes  
Téc. Cont. Bernardo Rodrigues de Souza  
Téc. Cont. Miguel Ângelo Martins Lara  
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes  
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura  
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega

### Conselheiros Suplentes

Contador Antonio Augusto de Sá Colares  
Contador Delmiro da Silva Moreira  
Contadora Eulália das Neves Ferreira  
Contador José Antonio de Godoy  
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim  
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus  
Contador Pedro Nunes Ferraz da Silva  
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias  
Contador Solindo Medeiros e Silva  
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior  
Téc. Cont. Albino Luiz Sella  
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes  
Téc. Cont. Francinês Maria Nobre Souza  
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho  
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

### Jornal do CFC

Ano 6 - Número 66 - Novembro de 2003

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

AP Vídeo e Comunicação

EDIÇÃO:

Andréa Mota - DF 02226JP

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Andréa Mota - DF 02226JP

REDAÇÃO:

Fabício Santos e William Passos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Silvia Neves de Oliveira

REVISÃO:

Maria do Carmo Nóbrega

ANÚNCIOS:

Tel: (61) 314-9641 - comercial@cfc.org.br

e-mail: comsocial@cfc.org.br

Tiragem: 85.000 exemplares

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
SAS QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC  
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033  
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF  
www.cfc.org.br - cfc@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

# Ato Público faz críticas ao texto da Reforma Tributária

Fotos: L. Martinez



Representantes de diversos segmentos sociais, políticos e econômicos do País estiveram no Ato Público, realizado em Brasília (DF)

Cerca de 200 pessoas, entre empresários, contabilistas, parlamentares, representantes de entidades sindicais e de federações patronais, estiveram no Ato Público “A Reforma Tributária que o Brasil Precisa”, no último dia 19, na sede do CFC, em Brasília (DF). O evento foi realizado pelo Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, com o apoio do CFC e da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

O Ato mostrou a indignação desses setores com a Reforma Tributária – com a edição da Medida Provisória nº 135, que aumentou a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% para 7,6%, e com outras medidas do Governo.

Estiveram presentes no evento os deputados federais Gerson Gabrielli (PFL-BA), presidente do Núcleo; Carlos Mota (PL-MG); Roberto Pessoa (PL-CE); José Militão (PTB-MG); Ivan Ranzolin (PP-SC); Feu Rosa (PP-ES); Gonzaga

Patriota (PSB-PE); Alex Canziani (PTB-PR), além de representantes dos deputados Augusto Nardes (PP-RS) e Francisco Turra (PP-RS).

Várias críticas foram feitas. “A reforma foi esvaziada”, disse o vice-presidente Técnico do CFC, Irineu De Mula, referindo-se à decisão do Governo em fiatar o projeto do sistema tributário em fases. A coordenadora do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, Marta Arakaki, lembrou das sugestões apresentadas, em junho, pelo CFC, para diminuir o impacto sobre o contribuinte. “É preciso parar de fazer reforma pelo aumento de arrecadação”, disse. O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, concordou e acrescentou: “isso é algo que não passa de um remendo novo em roupa velha”. Neto reforçou a morte prematura de empresas por falta de incentivos fiscais.

Enquanto acontecia o Ato Público, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, prometia: “diga aos contabilistas que não haverá aumento de carga tributária”. O relato foi feito ao contador Antoninho Marmo Trevisan. Segundo Trevisan, Palocci prometeu



Pedro Coelho entrega assinaturas a Gabrielli

teu acatar qualquer documento do CFC que comprove o aumento de carga tributária. Trevisan esteve no Ato e pôde presenciar a entrega de um documento com mais de 14 mil assinaturas, ao deputado Gabrielli – uma reivindicação para que empresas de serviços sejam incluídas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples). Gabrielli prometeu enviá-lo ao presidente Lula e aos ministros da Fazenda e da Casa Civil. “O ato público é uma grande onda que chega ao Congresso, ao Governo e à mídia”, concluiu ele.

## Agenda chega à segunda edição

Em sete meses, mais de 600 proposições foram analisadas sobre tópicos como o sistema tributário brasileiro e o novo Código Civil. O trabalho resultou na segunda edição da Agenda Legislativa, lançada pelo CFC, no dia 19 de novembro. A publicação é um resumo de todas as proposições apresentadas no Congresso Nacional que são de interesse da classe contábil.

A principal novidade é a inclusão dos pareceres do Grupo de Trabalho (GT) formado, sobre as matérias analisadas. De acordo com o coordenador do GT, Enory Luiz Spinelli, “esse acompanhamento das atividades legislativas é um trabalho fundamental para que a classe contábil se faça presente em todas as esferas de Poder Público”. A Agenda traz informações sobre a tramitação de projetos, além do

endereçamento dos poderes Legislativo e Executivo, com dados completos sobre parlamentares, autoridades do governo, partidos, gabinetes e comissões permanentes. A Agenda foi distribuída aos CRCs e às entidades contábeis. Seu conteúdo também está disponível no site [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br).



### INTERNACIONAL

- **26ª Conferência Interamericana de Contabilidade**  
23 a 26/10/2005 – Salvador (BA)
- **XVII Congresso Mundial de Contadores**  
2006 – Istambul (Turquia)
- **27ª Conferência Interamericana de Contabilidade**  
2007 – Santa Cruz de la Sierra (Bolívia)
- **15ª Conferência Pacífico-Asiática sobre Contabilidade Internacional**  
22 a 25/11/2003 - Bangcoc (Tailândia)
- **VIII Congresso do Instituto Internacional de Custos**  
26 a 28/11/2003 – Punta Del Este (Uruguai)

### NACIONAL

- **17º Congresso Brasileiro de Contabilidade**  
24 a 28/10/2004 – Santos (SP)
- **XI Conescap – Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas**  
2005 – Natal (RN)
- **V Encontro Nacional da Mulher Contabilista**  
19 a 21/5/2005 – Aracaju (SE)
- **V Fórum Nacional de Professores de Contabilidade**  
Julho de 2004 – Belo Horizonte (MG)
- **XVIII ENECIC – Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis**  
Julho de 2004 – Belo Horizonte (MG)

Consulte os demais eventos programados no site do CFC, no endereço eletrônico: [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br).

# Deputados aprovam sugestões do Conselho para a Lei de Falências

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) apresentou sugestões específicas ao Projeto de Lei nº 4.376-B/93, conhecido por Lei de Falências. As propostas resultaram na incorporação de parte delas ao Substitutivo adotado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que tratou da matéria.

A redação final do Projeto de Lei foi aprovada no dia 15 de outubro de 2003, no Plenário da Casa, e preservou algumas das emendas apresentadas pelo Sistema CFC/CRCs. Foram acatados os artigos 51 (“b”, V e VI), 52 (IV), 62 (§1º), 107 (I, “b” e IV), 178, 201 (I e II), 46 (III), 51 e 62. A análise do Projeto consta em um estudo comparativo, elaborado pela Assessoria Parlamentar do CFC, com mais de 140 páginas.

O Projeto de Lei, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores – pessoas físicas e jurídicas, que exerçam



Vice-presidente Técnico, Irineu De Mula

a atividade econômica regida pelas leis comerciais –, seguiu para a apreciação do Senado Federal.

Na opinião do Vice-presidente Técnico do CFC, Irineu De Mula, o recebimento, pelo Congresso Nacional, das sugestões do CFC mostra que o trabalho do Conselho

foi recompensado. “É uma importante batalha, nessa verdadeira guerra, termos sido atendidos em nossas importantes reivindicações”, afirma.

Ainda de acordo com Irineu De Mula, novas propostas deverão ser feitas ao Projeto de Lei nº 4.376-B/

93. “Outros pleitos, decorrentes de manifestação de profissionais do estado de São Paulo, estão chegando, nesse momento, para fazermos as nossas considerações”, justifica. Essas sugestões também deverão compor emendas a serem apresentadas à Lei de Falências e Concordatas, oportunamente.

## Os efeitos da Lei, se aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, não recairão sobre:

- Sociedades cooperativas.
- Agricultores que exploram propriedade rural para fins de subsistência familiar.
- Artesãos.
- Prestadores de serviços ou que exerçam atividade profissional organizada com o trabalho próprio, ou dos membros da família, para fins de subsistência familiar.
- Profissional liberal, empresa pública e sociedade de economia mista.

**O projeto de Lei de Falências tramita há mais de dez anos no Congresso Nacional.**

## Deputado encampa projetos do Sistema CFC/CRCs

Dois novos Projetos de Lei, ligados à classe contábil, chegam ao Congresso Nacional. As propostas apresentadas pelo Sistema CFC/CRCs foram encampadas pelo deputado Átila Lira (PSDB-PI), que recebeu, em seu gabinete em Brasília (DF), no último dia 20 de novembro, os vice-presidentes do CFC José Martonio Alves Coelho (Desenvolvimento Profissional) e Raimundo Neto de Carvalho (Controle Interno).

O primeiro projeto, protocolado na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sob o número 2.485/03, condiciona a obtenção do registro profissional pelo contador e pelo técnico em contabilidade à aprovação no Exame de Suficiência Profissional, realizado pelos Conselhos Regionais de Contabilidade e destinado a comprovar o nível de conhecimento indispensável para o exercício da profissão contábil. A proposta dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que “cria o Conselho Federal de Contabilidade, e define as atribuições



Deputado do PSDB do Piauí, Átila Lira (centro), recebe projetos do CFC

do contador e do técnico em contabilidade”.

De acordo com a nova proposta, a manutenção do registro profissional fica condicionada à submissão do contador e do técnico em contabilidade a programas de avaliação de competência profissional e de educação continuada. Para o vice-presidente Raimundo Neto de Carvalho, a proposta é de vital importância para a classe, tendo em vista que irá melhor qualificar o pro-

fissional. “O beneficiário dessa proposta é a sociedade que vai receber um profissional mais qualificado”, aposta Neto. O conselheiro acredita, em alguns casos, a má qualificação de profissionais ao que chamou de “crescimento desordenado de instituições de ensino. Acho que, com a aprovação desse projeto, a classe terá um grande avanço!”, afirma.

Entre as justificativas da proposta está a responsabilidade pública proporcionada pelo registro pro-

fissional concedido pelos Conselhos Regionais, pois, com o registro e a entrega da Carteira Profissional do contador ou do técnico em contabilidade, a entidade fiscalizadora do exercício profissional assume tal responsabilidade perante a sociedade.

Também foi apresentado pelos conselheiros do CFC, ao deputado Átila Lira, um anteprojeto que dispõe sobre a representatividade dos estados na composição plenária do CFC. A medida visa democratizar a representatividade dos membros do Conselho Federal de Contabilidade. A proposta leva em conta que existem hoje, no Brasil, 27 Unidades da Federação e o Conselho Federal conta com igual número de Conselhos Regionais de Contabilidade, nada mais lógico do que passar dos atuais 15 Conselheiros para um representante efetivo e respectivo suplente do Conselho Regional em cada Unidade da Federação. O deputado federal prometeu apresentar o projeto, em breve, no Plenário da Casa.

# Novos conselheiros do CFC revelam suas expectativas para o ano de 2004

Rogério Ribeiro



Membros da chapa única, eleitos no pleito realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2003, no Plenário do CFC, em Brasília (DF)

“Dar continuidade aos trabalhos que foram desenvolvidos pela atual gestão”. Os membros eleitos da chapa única do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) foram unânimes ao ressaltar que a gestão do atual presidente, Alcedino Gomes Barbosa, teve fundamental importância para toda a classe contábil. As eleições, para a renovação de 1/3 dos conselheiros do CFC, foram realizadas em Brasília (DF), na sede do CFC, nos dias 6 e 7 de novembro.

Ao todo, foram eleitos cinco conselheiros efetivos e cinco conselheiros suplentes, para o mandato que se inicia em 1º de janeiro de 2004 e vai até o dia 31 de dezembro de 2007. Dois contabilistas irão cumprir mandatos complementares, que se encerram no dia 21 de dezembro de 2005.

A posse de todos os eleitos ocorrerá em janeiro, na primeira Reunião Plenária do CFC de 2004. Veja, ao lado, o que cada um espera realizar ao longo do mandato.



“Honrarei a mulher contabilista; que o novo presidente invista ainda mais em educação continuada.”

**Contadora Maria Clara C. Bugarim**  
Conselheira Efetiva



“Devemos continuar com o trabalho realizado, para que o CFC contribua ainda mais com o nosso País.”

**Téc. Contabilidade Mauro M. Nóbrega**  
Conselheiro Efetivo



“Inserir os profissionais contábeis na política de forma mais efetiva.”

**Contadora Silvia Mara L. Cavalcante**  
Conselheira Suplente



“Buscarei o crescimento e o reconhecimento da profissão contábil nos próximos anos.”

**Contador André Faria Lebarbenchon**  
Conselheiro Suplente



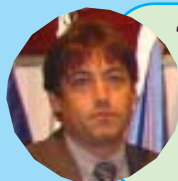
“Um dos objetivos do meu trabalho será harmonizar as NBCs com as normas internacionais.”

**Contador Hugo Rocha Braga**  
Conselheiro Efetivo



“Prosseguirei com o trabalho que já vem sendo desenvolvido para o engrandecimento da profissão.”

**Contadora Jucileide Ferreira Leitão**  
Conselheira Suplente



“Essa será uma gestão de vanguarda, mas também voltada para a implementação de projetos.”

**Contador Juarez Domingues Carneiro**  
Conselheiro Suplente



“Darei continuidade ao trabalho do presidente Alcedino, que colocou em destaque a classe.”

**Contador João de Oliveira e Silva**  
Conselheiro Efetivo

“Valorizarei e qualificarei o profissional; que a parceria existente no Sistema CFC/CRCs continue.”

**Téc. Contabilidade José Lopes Castelo Branco**  
Conselheiro Suplente

“Tentarei lutar ainda mais pela classe contábil e, principalmente, pelos escritórios de contabilidade.”

**Téc. Contabilidade Luiz Auto Fanini**  
Conselheiro Suplente

“Espero poder contribuir com a nova gestão, em prol de toda a classe contábil.”

**Téc. Contabilidade José Odilon Faustino**  
Conselheiro Efetivo

“Será um orgulho continuar contribuindo com o aprimoramento da profissão contábil.”

**Contadora Verônica C. de Souto Maior**  
Conselheira Suplente

# Conselhos Regionais elegem

Mais de 208 mil contabilistas brasileiros foram às urnas no dia 13 de novembro para eleger seus novos representantes nos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Desta vez, o Sistema CFC/CRCs renovou 1/3 de sua composição plenária: um processo democrático que mobilizou toda a estrutura do sistema contábil brasileiro, e que foi marcado pela ampla participação do profissional.

Cerca de 280 mil contabilistas estavam aptos a votar, sendo que o índice de abstenção atingiu 25%. Ao todo, foram

registrados mais de 360 contabilistas que concorreram ao pleito, sendo que 27, das 42 chapas na disputa, foram eleitas.

A presença feminina nessa disputa também foi bastante significativa. Em todo o Brasil, participaram 115 mulheres na corrida eleitoral. Deste total, 67 profissionais foram eleitas.

A posse dos 270 novos conselheiros – 184 contadores e 86 técnicos – ocorrerá em janeiro de 2004, ou seja, no mesmo mês em que serão eleitos os presidentes dos Conselhos Regionais.

## Abstenção nas eleições foi significativa

Na eleição de 2003, o menor índice de votos nulos registrados foi na região Sul do País (1,85%). Já o menor índice de votos em branco ocorreu na região Norte (2,75%). O Nordeste brasileiro contabilizou os maiores índices de votos brancos e nulos: 6,82% e 6,80%, respectivamente.

A região Sudeste detém o maior número de contabilistas e, por consequência, o maior número de votantes. No dia 13 de novembro, 109.477 profissionais dessa região foram às urnas. A região Sul aparece em segundo lugar, com 47.014 votantes. O menor número de eleitores está no norte do País, representado por 8.778 profissionais que votaram no pleito.

Para atender a todo esse público, os CRCs montaram uma ampla es-

trutura que facilitou a vida de quem compareceu às urnas ou enviou o voto por correspondência. Em 15 capitais e em dezenas de cidades do interior, a votação ocorreu por meio de urnas eletrônicas. Nas demais localidades, a votação foi realizada pelo sistema convencional (cédula) ou por correspondência.

A votação por correspondência também ocorreu em vários estados onde havia apenas uma chapa registrada, como foi o caso do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ao todo, 466 mesas eleitorais foram instaladas.

Vale lembrar que quem não votou e não justificar a sua ausência dentro do prazo de 30 dias, contado do dia da eleição, estará sujeito à multa, de acordo com o estabelecido pela Resolução CFC nº 975/03.

## Região Norte

**Acre** – Efetivos: Humberto N. de Araújo, Gilberto C. Ossami e Antonio Marcos Rômulo Antonio de Oliveira Grandier e Luciene C. da Silva.

**Amazonas** – Efetivos: Marcos Eduardo C. Pimentel, Fernando L. Barrionuevo e F. de Carvalho e Rosivaldo de Lima Frazão. Mandato complementar: Washington C.

**Amapá** – Efetivos: Adonaldo S. da Silva, Anatal de Jesus P. de Oliveira e George R. do Socorro S. B. Amanajás e Vilson do Carmo Matos.

**Pará** – Efetivos: Roberto Carlos F. Dias, Marilene da Costa Guerra, Edgar de Lima Silva, Glebson O. da Cruz, Elmar Agostinho Carvalló e Raimundo da Silva Santos.

**Rondônia** – Efetivos: João Altair C. dos Santos, Antônio R. de Souza, Elda V. Bian Bombardelli, Jeoval B. da Silva e Martins Firmo Filho. Mandato complementar: Nascimento, Elenir V. Krüger e Vilmar Zimmermann.

**Roraima** – Efetivos: Aglacy C. Barbosa, Mariano Terço de Melo e Maelison L. Serginaldo M. da Costa e Lo-Rubama P. Gaia.

**Tocantins** – Efetivos: Silma Maria de Jesus e Silva, João Batista de A. Lima e João B. Rocha e Nivaldo C. da Silva. Mandato complementar: Juliana Aparecida S. Ma

## Região Centro-Oeste

**Goiás** – Efetivos: Orismar P. Costa, Mércia M. Lisita, Antônio T. da Silva e Geraldo Luiz do Nascimento. Suplentes: Elias José da Silva, Ricardo B. Gomes, Maria Luzia da S. Rodrigues e José Luiz Nunes.

**Mato Grosso** – Efetivos: Ironei Márcio Santana, Jorge Assef Filho, Udenilson N. da Silva e Marcus Augusto F. de Almeida. Suplentes: Giancarla F. de Almeida, Adão F. da Silva, Elinei C. Santiago e Silva e Adi Luiz Becker.

**Mato Grosso do Sul** – Efetivos: Juraci da Luz D. Bastistoti, Dílson F. Lage, Seriberto Henrique de Almeida, Wanderley Bem Hur da Silva. Suplentes: Arleon Carlos Stelini, Ana Grace C. Gomes, Marileide C. Rodrigues e Adair M. Torres.

**Distrito Federal** – Efetivos: João Carlos C. de Medeiros, Domingos P. de Castro, Pedro Alves e Maria Elzira da Costa. Suplentes: Antonio César de Matos, Ricardo G. Castanheira, Ana Maria M. Costi e Claudete V. Kuba. (pleito em litígio).

## Região Sul

**Paraná** – Efetivos: César Alberto P. Dura, Orlando C. Rodrigues, Ana Maria Golas, T. Hofmann, João G. Weber e Sandro Di Carlo Teixeira. Suplentes: Lúcia Lecheta, Ivilson José Masutti, João Antônio A. Batista, João Carlos Cheslak, Oswaldo Padovani Martins.

**Rio Grande do Sul** – Efetivos: Rogério Costa Rokembach, Ana Tércia L. Rodrigues, Roberto Augusto Ayub, Wlanir Oly da Costa Porto, Antônio D. Costa, Claudemir. Suplentes: Jandira M. Binde, Lorimar Francisco Munaretto, Pedro Gabriel K. da Silva, Rudi D. Tessmann, Isidra R. Lopes, Magdalena Dapper e Zílio Sartori.

**Santa Catarina** – Efetivos: Lourival P. Amorim, Nilson José Goedert, Leomir An. Marcelo V. Souto. Suplentes: Adilson Cordeiro, Maria Inês Dressler, Dirceu Paulo do M. Neto e Dalvair Jacinto Angheben. Mandato complementar: Walter T. Cruz, Vilson V.



# Novos conselheiros pelo País

B. do Nascimento. Suplentes: Humberto de Luca Bertoncine,

Rita de Nazaré M. Dias. Suplentes: Osmar B. Borges, Patrícia A. Carlos R. da Silva e Alessandro D. de Paiva (suplentes).

Robert V. dos Santos. Suplentes: José Eugênio Somavilla, Vanilda

na Silva e Leila Luzia S. Souto. Suplentes: João de Oliveira da

nchi e Jorge Ricardo da Costa. Suplentes: Leila U. da Silva, Joel Silas N. de Carvalho, Rubens Demarchi, Carlos Alberto G. do

leandro C. das Chagas. Suplentes: Leonísio da Silva Araújo,

o S. Bandeira. Suplentes: Maria Celene Paula e Silva, Joademir Martins (suplente).



## Região Nordeste

**Alagoas** – Efetivos: Jeovanes de Oliveira Silva, Avelino C. de Araújo, Paulo Sérgio B. da Rocha e Mourivaldo Wanderley Duarte. Suplentes: Rainilda N. Sales, Milton R. de Lima Costa, Salésia C. Lima e Marcos Antônio da Silva. Mandato complementar: Sérgio de Lima (suplente).

**Bahia** – Efetivos: Edmar S. Bezerra, José Carlos T. de Souza, José Roberto F. da Silva, Antônio Carlos Nogueira Cerqueira e Dante Albano Menezes Lopes. Suplentes: Geraldo V. Machado, Iara Luisa de Santana Dórea, Vera Lúcia S. B. Gomes, Antônio Roberto de Souza e José Carlos Andrade.

**Ceará** – Efetivos: Manoel P. Cavalcante, Ana Flávia A. Rocha Chaves, Francisco Edgar de Araújo e Antônio Clécio B. de Oliveira. Suplentes: Maysa N. Nogueira, Robson F. Pires, Luciano P. Guedes, Adson Luzardo O. Portela e Cicélia de Freitas Alves.

**Maranhão** – Efetivos: Hélio R. Araújo, Rafaela C. de Moraes Rego, Maria de Nazaré dos Anjos Barros e Rejane dos Santos Galvão. Suplentes: Valinda R. Viana, Danielle C. F. Nunes e Luiza X. Duarte.

**Paraíba** – Efetivos: Aderaldo G. do Nascimento Júnior, João Thomaz da Silva Neto, Hênio do Nascimento Melo e Maria do Socorro A. Moraes. Suplentes: João P. Alves Júnior, Elinaldo de Sousa Barbosa, Rommel de Santana Freire e Maria A. D. Cordeiro.

**Pernambuco** – Efetivos: Harry A. Barbosa, Francisco de Assis G. B. Pinho, Adjanits F. Villar, Paulo Alves de Souza Filho, Josiel Francisco Barbosa, Josemi Sidney B. Vieira e Nivaldo Antônio dos Santos. Suplentes: Edmundo Miguel B. Buarque, Luiz N. P. Barreto, Renata G. de Luna Araújo, Cacilda S. de Andrade, Valdirene A. Cintra, Márcia Josienne M. Chacon, Willames B. Costa e Alexandre R. Maciel.

**Piauí** – Efetivos: José Raulino C. Branco Filho, Josélia de Fátima A. Carvalho e Raimundo Nonato A. Soares. Suplentes: Benedito R. da Graça Neto, Ceciane P. Sousa e Geovan da Silva Vieira.

**Rio Grande do Norte** – Efetivos: Gonçalo M. da Silva, Edson O. da Silva, Maria das Graças do Vale e José L. do Amaral. Suplentes: José Jailson da Silva, Humberto José de Medeiros, Halcima M. Batista e Severino S. da Silva.

**Sergipe** – Efetivos: Sandra Elvira G. Santiago, Moacir S. Mota, José Domingos dos Santos e Luiz S. de Carvalho. Suplentes: Ana Lúcia dos Santos, Alvani B. de Sousa, Wladimir A. Torres e José Abdon P. Ralin.

## Região Sudeste

**Espírito Santo** – Efetivos: José Américo Bourguignon, Walter A. Noronha, José Roberto Altoé e Paulo Roberto Felipe. Suplentes: Ana Cláudia P. Simões, Adilson Antônio Scalzer, Cristina Amélia F. Langoni e Antônio Cellia.

**Minas Gerais** – Efetivos: José Eustáquio Geovanini, Agnaldo C. da Silva, Paulo Cezar C. dos Santos, Sandra Maria de Carvalho Campos, Geraldo B. e Silva, Marco Antônio Borges e José Nascimento de Aguiar. Suplentes: Paulo César Santana, Eduardo L. e Silva, Antônio de Pádua S. Pelicarp, Silvana Maria F. Santos, Francisco José T. de Sales, Cristiano Francisco F. Neves e Marina de Carvalho Costa.

**Rio de Janeiro** – Efetivos: Antônio Miguel Fernandes, César Augusto Carneiro, Vicente de Paulo Muniz, Paulo César de Castro, Maria Verônica de Souza Madureira, Adriano Luiz Medina, Jorge Leite Falcão e Valéria Maria da Silva França. Suplentes: Lygia Maria V. Sampaio, Tânia Mara B. Peralta, João Antônio da Silva Cardoso, Gilvan N. Marques, Aroldo José Planz, João Guilherme G. Moraes, Neide P. Ferreira e Fernando Antônio V. Mendes. Mandato complementar: Lilian L. Alves.

**São Paulo** – Efetivos: Luiz Antônio Balaminit, Luiz Fernando Nóbrega, José Joaquim Boarin, Osvaldo Monéa, Claudio A. Cleto, Vínicio Martins Presti, Wanderlei Antônio Laporta, Marcelo Roberto Monello, Carlos Augusto Nogueira e Clóvis I. Beppu. Suplentes: Luis Augusto De Godoy, Teresinha da Silva, Ana Maria Galloro, Francisco M. Rocha, Elza Nice R. Moreira, Almir da Silva Mota, Celina Coutinho, Cloriovaldo G. Baptista, Ari Milton Campanha e Sérgio Paula Antunes. Mandato Complementar: Gilberto Benedito Godoy, Cláudio Avelino M. Filippi e Sandra Regina N. Pizzo (suplentes).

úlio Francisco A. ...  
ran F. da Cruz, ...  
n e Marcela D.

s, José Silvio Born, ...  
ir Capaverde e Haide. ...  
lva, Rosana L. Spellmeier,

ntônio Minozzo, Magda Bez e ...  
Nascimento, Augusto Marquart ...  
Vegener e Adilson P. Ramos.

# Eventos em Destaque

## Contabilistas participam de Convenção no Distrito Federal

Divulgação



Brasília foi sede da V Convenção de Contabilidade do Distrito Federal. O evento abordou o tema "Contabilidade - Responsabilidade Social e Política", em sua programação. O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Valmir Campelo, iniciou a solenidade, que teve a presença de contabilistas de diversos estados. O assunto "Responsabilidade Social e Atuação Política do Profissional da Contabilidade" foi tratado pelo presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, em palestra. No dia, também realizou-se o sorteio de duas assinaturas da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC). Os contemplados foram: Amadeu Lima dos Santos (Vila Planalto) e André Luiz Correia Alves (Gama).



## Portugal adota Plano Oficial de Contabilidade

A contabilidade pública tem recebido especial atenção na maioria dos países, e, em Portugal, não é exceção. Entendida como o "conjunto de normas e preceitos legais que orientam a efetivação e a escrituração das receitas e despesas públicas", a contabilidade publicou diversos documentos, para a reformulação de todas as leis, que vão desde 1908 até o presente. Tudo para efetuar uma reforma na administração financeira do estado e na própria ciência contábil.



centrada nos dirigentes, permitindo um melhor controle das despesas públicas e uma maior uniformidade nos procedimentos quanto à informatização.

Em 3 de setembro de 1997, foi também aprovado o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) pelo Decreto-Lei nº 232, constituindo um passo fundamental na reforma da administração financeira do Estado e das contas públicas. Tal medida per-

mitiu o acesso a um sistema de contas adequado às necessida-

des de uma administração pública moderna, assumindo, assim, significado histórico. Foram desenvolvidas novas técnicas de gestão, o que levou alguns organismos da administração pública a aplicarem planos de contas, moldados no POCP, gerando dificuldades no controle da regularidade financeira e na execução orçamental.

O POCP cria as condições necessárias para a integração dos diferentes aspectos, ou seja, a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, numa contabilidade pública moderna, capaz de responder às necessidades da gestão e de constituir um instrumento fundamental de apoio às entidades públicas e à sua avaliação. Portugal espera que a plena adoção do POCP represente

melhorias significativas na informação contábil do setor público não-empresarial, e que se torne possível efetuar operações de consolidação automaticamente.

### Suíça

Certamente nenhum outro país europeu vê sua economia depender tanto de relações externas, que se manifesta tanto nas importações quanto nas exportações. A política econômica suíça adota o princípio do livre comércio, caracterizado por baixas taxas aduaneiras e pela ausência, quase total, de limites de importação, com exceção de produtos agrícolas. A Suíça figura entre os países com maior volume de comércio exterior por habitante, e com o nível de qualidade de vida mais elevado do mundo.

Em 18 de junho de 1949, o país fundou a Associação Suíça da Lei de Imposto, que é filial da Associação Fiscal Internacional (AFI). Sua sede é em Zurique e visa reunir peritos em um grupo homogêneo, para o estudo de tópicos particulares de interesse imediato na área de legislação e de jurisdição.

A AFI representa os interesses suíços na lei internacional fiscal e de impostos. Um dos seus objetivos é trazer novas tecnologias para a atenção de seus membros, a fim de que sejam propostas soluções às legislações de impostos, incentivando, ativamente, a pesquisa científica e a criação de leis.



■ **Prefeitura de Rio das Ostras** – A prefeitura do município de Rio das Ostras, no estado do Rio de Janeiro, realiza concurso público para provimento de vagas na área de Contabilidade. São duas vagas, sendo uma para contador e uma para técnico. A jornada de trabalho é de 40 horas semanais. O salário para contador é de R\$ 1.963,00 e para técnico é de R\$ 669,84. As inscrições serão realizadas entre os dias 10 e 14 de novembro, das 8h às 17h, no Ginásio Municipal Benedito Zarour, que fica na Rua Bom Jardim - Bairro Jardim Mariléa. As provas serão realizadas no dia 14 de dezembro.

■ **Fundação Universidade de Brasília (FUB)** – Dos dias 8 a 19 de dezembro, estarão abertas as inscrições para concurso público da FUB, para o preenchimento de três vagas para contador, sendo uma reservada à deficiente físico, e uma vaga para técnico em contabilidade. As provas serão elaboradas pelo Cespe, em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos da FUB, e aplicadas no Distrito Federal. Para contador, a remuneração é de R\$ 817,74, acrescida de R\$ 59,87 (vantagem pecuniária individual) e das seguintes vantagens: vale-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-pré-escolar e planos de saúde e odontológico opcionais. O técnico receberá R\$ 528,36, assim como a mesma vantagem pecuniária individual e demais auxílios. A inscrição pode ser feita pela internet ([www.cespe.unb.br/fubl2003](http://www.cespe.unb.br/fubl2003)) ou nas agências da Caixa.

■ **Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará** – A Secretaria Executiva de Estado de Administração abriu duas vagas para o cargo de contador, a ser lotado na Adepará, em Belém. As inscrições para o concurso público podem ser efetuadas entre os dias 24 de novembro e 5 de dezembro, nas agências do BASA, listadas no edital. As mesmas ainda podem ser feitas pela internet ([www.cespe.unb.br/seadpa/adepara2003](http://www.cespe.unb.br/seadpa/adepara2003)). A taxa a ser paga é de R\$ 45,00 e a remuneração será de R\$ 1.008,00.



Divulgação



## Programa "CFC em um Dia"

Na Reunião Plenária, ocorrida no dia 21 de novembro, o presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, recebeu os conselheiros Ana Lúcia dos Santos (CRCSE) e Augusto Marquart Neto (CRCSC), e o delegado de Currais Novos (RN), Manoel Dias da Silva. A visita faz parte das atividades do programa do Conselho Federal, intitulado "CFC em um Dia".



## CRC de Rondônia inaugura subsede

No dia 1º, foi inaugurada a subsede do CRCRO, no município de Ariquemes, a 190km da capital. O prédio foi erguido com recursos do Conselho Regional e com a participação de contabilistas locais. São 150m² de área construída, em um terreno com dois mil metros quadrados, que abrigam a administração e um auditório. Pretende-se, ainda, instalar no local uma Junta Comercial e uma quadra poliesportiva. Na inauguração, estiveram presentes o presidente do CRCRO, João Altair Caetano dos Santos; o representante do CFC, Antônio Augusto de Sá Collares; o ex-presidente do CRCRO e conselheiro do CFC, José Justino Perini Colledan, entre outros.

## Contador baiano é homenageado

O contador e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Wilson Thomé Sardinha Martins, recebeu, no dia 15 de outubro, o título de Notório Saber Jurídico, concedido pela própria instituição de ensino. Wilson Sardinha é autor da proposta de criação e inclusão da disciplina Contabilidade Tributária no currículo da UFBA. O CFC, por meio do conselheiro Sudário de Aguiar Cunha, participou da homenagem. "Esse é o coroamento de uma vida profissional e funcional lastreada pela incessante produção intelectual", discursou Sudário.

Divulgação



Prof. Sardinha (4º. da esq. para direita) atento ao discurso do conselheiro Sudário

Cristina Teixeira



## Caravana de Minas Gerais vem a Brasília

Cerca de 47 alunos do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Triângulo Mineiro de Ituiutaba (foto), em Minas Gerais, estiveram visitando o Edifício do CFC no dia 1º de novembro, como parte do Programa Visitas Escolares. No dia 18 do corrente mês, foi a vez de 50 estudantes da Faculdade Caiçara de Brazlândia (DF) conhecerem o dia-a-dia do CFC e um pouco da história e da evolução da Contabilidade no Brasil.

## CFC participa de Assembléia da IFAC em Cingapura

O presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, e o Vice-presidente Técnico do CFC, Irineu De Mula, participaram, nos dias 13 e 14 de novembro, em Cingapura (Malásia), de assembléia da Federação Internacional dos Contadores (IFAC). Na reunião, foi aprovado, por unanimidade, um conjunto de reformas desenvolvidas para fortalecer o processo de edição de normas internacionais de Auditoria. As reformas visam alcançar a convergência às normas no mundo todo e assegurar que a profissão contábil internacional responda ao interesse público. As alterações dão ainda uma maior transparência ao processo de edição de normas. As mudanças são consideradas as mais abrangentes na história da IFAC, e foram apoiadas pelos reguladores internacionais.



VOCÊ NÃO VAI QUERER PASSAR OS PRÓXIMOS FINAIS DE ANO ASSIM NOVAMENTE, NÃO É MESMO?

MUDE ESTA CENA EM 2004, MIGRE PARA AS SOLUÇÕES CONTÁBEIS ALTERDATA

**PACK**

8 SOFTWARES PARA AUTOMAÇÃO COMPLETA E INTEGRADA DO ESCRITÓRIO CONTÁBIL

- Depto. Pessoal
- Contabilidade
- Escrita Fiscal
- Ativo Imobilizado
- Latur
- e outros...

Aproveite esta promoção: **50%** de desconto na troca de sistemas e manutenção em Janeiro de 2004

**ALTERDATA**  
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA

**TELEVENDAS: 0800-704-1418**

comercial@alterdata.com.br  
www.alterdata.com.br

## Resoluções do CFC

# Conselho Federal de Contabilidade edita norma sobre Relevância na Auditoria

Na Reunião Plenária do dia 24 de outubro de 2003, o CFC aprovou a NBC T 11.6, que trata da Relevância na Auditoria. A decisão consta da Resolução CFC nº 981/03.

A nova norma estabelece parâmetros e orienta auditores independentes quanto à aplicação do conceito de relevância e seu relacionamento com os riscos em trabalhos de auditoria. "Ela veio estabelecer os critérios para definir o que é relevante no processo de auditoria", afirma o coordenador do Grupo de Estudo para Auditoria, José Antonio de Godoy. A norma diz que "uma informação é relevan-

te se sua omissão ou distorção puder influenciar a decisão dos usuários dessa informação, no contexto das demonstrações contábeis".

O objetivo de uma auditoria nas demonstrações contábeis é permitir que o profissional expresse sua opinião: se tais demonstrações estão, ou não, preparadas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às circunstâncias. A determinação do que é relevante, nesse contexto, é uma questão de julgamento profissional. As novas regras passam a valer a partir de 1º

de janeiro de 2004 e deverão ser aplicadas aos exames e às revisões das demonstrações contábeis, cujos exercícios sociais se encerrem a partir de 31 de dezembro de 2003.

A NBC T 11.6 é empreendida com a cooperação do Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Ministério da Educação (MEC), Superintendência de Seguros Privados e das Secretarias Federal de Controle, da Receita Federal e do Tesouro Nacional.



Eugenio Novaes

José Antonio de Godoy, coordenador do Grupo de Estudo para Auditoria

## Câmaras fazem balanço de quatro anos de atuação

As Câmaras de Registro e Fiscalização e de Ética e Disciplina têm papel fundamental no desenvolvimento dos trabalhos do Sistema CFC/CRCs. A primeira examina e julga os recursos das decisões dos CRCs em processos abertos contra pessoas físicas e jurídicas e organizações contábeis, e responde às consultas relacionadas ao registro e à fiscalização do exercício profissional. A Câmara de Ética e Disciplina examina e julga os recursos das decisões dos Tribunais Regionais de Ética e Disciplina, em processos abertos contra contabilistas, além de responder a consultas sobre questões relacio-

nadas à Ética no exercício profissional. "Nosso trabalho requer intelectualidade para se examinar toda a legislação; é dignificante", diz o conselheiro efetivo e membro das Câmaras, Paulo Viana Nunes.

Nos últimos quatro anos, foram analisados e julgados, pelos conselheiros efetivos das duas Câmaras, 5.853 processos, e pelos suplentes 2.888 processos, totalizando 8.741 processos (ver quadro). "Houve a implementação de um ritmo dinâmico na fiscalização processual, transmitida a todo o Sistema", revela o Vice-presidente de Registro e Fiscalização do CFC, Dorgival Benjoi da Silva. A evolução dos trabalhos e a

CONSELHEIROS EFETIVOS	2000/2001			2002/2003**			TOTAL GERAL
	ÉTICO	FISC.	TOTAL	ÉTICO	FISC.	TOTAL	
José Justino P. Colledan*	0	0	0	186	354	540	540
Miguel Ângelo M. Lara*	0	0	0	169	273	442	442
Paulo Viana Nunes	195	361	556	156	442	598	1154
Sudário de Aguiar Cunha*	0	0	0	7	251	258	258
Waldemar Ponte Dura	204	279	483	207	234	441	924
Dorgival Benjoi da Silva	156	349	505	0	0	0	505
Outros Conselheiros	421	1548	1969	0	61	61	2030
<b>TOTAL</b>	<b>976</b>	<b>2.537</b>	<b>3.513</b>	<b>725</b>	<b>1.615</b>	<b>2.340</b>	<b>5.853</b>
CONSELHEIROS SUPLENTES	2000/2001			2002/2003**			TOTAL GERAL
	ÉTICO	FISC.	TOTAL	ÉTICO	FISC.	TOTAL	
Antônio A. de Sá Colares*	0	0	0	12	379	391	391
Delmiro da Silva Moreira*	0	0	0	27	260	287	287
José Augusto C. Sobrinho*	0	92	92	28	295	323	415
Pedro Nunes F. da Silva*	0	0	0	23	257	280	280
Roberto Carlos F. Dias*	0	0	0	15	270	285	285
Windson Luiz da Silva	0	290	290	29	309	338	628
Outros Conselheiros	0	585	585	0	17	17	602
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>967</b>	<b>967</b>	<b>134</b>	<b>1.787</b>	<b>1.921</b>	<b>2.888</b>
<b>TOTALGERAL</b>	<b>976</b>	<b>3.504</b>	<b>4.480</b>	<b>859</b>	<b>3.402</b>	<b>4.261</b>	<b>8.741</b>

Iniciaram o mandato em 2002.

\*\* Processos julgados de janeiro a novembro de 2003.

agilidade com que são tratados e analisados os processos são visíveis. "Aprimoramos os mecanismos

de fiscalização e a criação de normas, visando ao crescimento profissional e econômico", afirma o con-

tador Waldemar Ponte Dura, que, há 12 anos, acompanha o trabalho desenvolvido pelas Câmaras.

## Pelos Regionais

### CRCSE

Divulgação



Dos dias 26 a 28, aconteceu o 2º Congresso Sergipano de Contabilidade, no Centro de Convenções de Aracaju (SE). O evento foi realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRCSE), com o apoio do CFC e demais entidades, além do patrocínio do governo do Estado. Sua programação esteve centrada no tema "Contabilidade.com", abordado em cinco palestras, quatro painéis, dez trabalhos e na apresentação de cinco empresas de software para profissionais e organizações contábeis.

### CRCTO

Divulgação



Erradicar a fome no País com a arrecadação de 750 quilos de alimentos não-perecíveis foi a contribuição dada pelos contabilistas e estudantes de contabilidade do Estado do Tocantins, como parte das atividades do IX Encontro de Contabilidade do Tocantins (Encon). Todo o material foi doado ao programa "Sopão" da Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setas) regional, que atende a cerca de 4,5 mil famílias nas cidades de Palmas e Araguaína.

# Governo Federal confirma previsão do CFC sobre a Cofins

As preocupações manifestadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) sobre o risco de aumento da carga tributária com o fim da cobrança cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foram confirmadas e receberam uma espécie de aval geral de todo o setor produtivo brasileiro.

As críticas têm sido severas sobre a recente Medida Provisória nº 135, que extinguiu a cobrança em cascata da Cofins, o que significa que o tributo não será mais cobrado em cada fase da cadeia produtiva, mas passa a ser recolhido na última etapa de produção. Atendendo ao que os líderes oposicionistas no Congresso Nacional chamam de "exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI)", o Governo Federal, por meio da MP, elevou a alíquota da contribuição de 3% para 7,6% — um aumento de 153%. De acordo com o texto da Medida, a nova incidência passará a vigorar a partir de fevereiro de 2004.

A advertência sobre o risco de o Governo aplicar um aumento exagerado da alíquota, sob o pretexto de anular a incidência em cascata, foi feita pela coordenadora do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária do CFC, Marta Arakaki, e pelo contador e tributarista, Sérgio Melo, em reportagem publicada no **Jornal do CFC**, edição de setembro. "Tudo indica que o governo criará um novo aumento da carga tributária, aproveitando o pretexto para ampliar suas receitas", antecipou Arakaki à época.



Tributarista Marta Arakaki

Ao editar a Medida Provisória da Cofins de forma tão imprevista e onerosa, segundo ela, o Governo reativa uma preocupação dos empresários e tributaristas de que voltem a ser implantadas alterações no sistema tributário por meio de MPs. Na avaliação de Marta Arakaki, atitudes desse tipo se contrapõem ao que se espera de um governo democrático, que deveria evitar a edição de medidas provisórias que afetam a vida das empresas e dos cidadãos. "O correto seria o Governo aguardar a conclusão do processo de votação da Reforma Tributária pelo Congresso Nacional, mas parece que ele perdeu a esperança de vê-lo concluído neste ano," comentou.

Vale ressaltar que o CFC demonstrou, a partir das primeiras ma-

nifestações do Governo sobre a extinção da cobrança cumulativa da Cofins, sua preocupação com a possibilidade de aumento de carga tributária. O receio estava baseado no fato de que, ao promover o fim da cumulatividade do PIS, ocorrida no ano passado, houve um aumento substancial da alíquota de 0,65% para 1,65%, ou seja de 154%. Com estas alterações no PIS, o Governo ampliou, substancialmente, a sua arrecadação.

Se a MP nº 135 desagradou o setor produtivo, a oposição no Congresso Nacional também não ficou satisfeita. Para o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), a medida do Executivo atropelou as discussões em andamento na Casa, em torno da Proposta de Reforma Tributária. Além disso, o líder tucano criticou a busca incessante do Governo pelo aumento de arrecadação. "O Brasil não sustenta o crescimento se não tivermos um breque; um freio na voracidade com que se busca arrecadar", bradou Virgílio, do alto da tribuna do Plenário do Senado Federal.

Além da Cofins, a MP nº 135 trata do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e prevê a redução gradual da alíquota do imposto sobre bens de capital, a partir de janeiro do ano que vem. A apuração do IPI passa a ser quinzenal, também, a partir de janeiro de 2004. Por último, o texto prevê a desoneração da alíquota de 0,38% da CPMF na troca de investimentos entre operações financeiras, a partir do próximo ano.



## Balanço Social

O governador do estado do Amazonas sancionou, no dia 31 de outubro de 2003, a Lei nº 2.843, que cria o Certificado de Responsabilidade Social para empresas estabelecidas no âmbito do estado. O certificado é concedido, anualmente, pela Assembléia Legislativa local, às empresas e às demais entidades, com sede no Estado, que apresentarem o Balanço Social do exercício imediatamente anterior, até o último mês de junho do ano seguinte ao de referência do balanço. Considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e as entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil de suas atuações sociais durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal. O Balanço Social, de que trata a Lei, poderá ser assinado por contador ou técnico em contabilidade devidamente habilitado no órgão de classe.

## Central OnLine de atendimento Prosoft. A mesma qualidade dos softwares Prosoft, sem tirar, nem pôr.

A Prosoft criou a Central OnLine de Atendimento, um conceito totalmente novo em disponibilização de informações, mais ágil, prático e de fácil acesso. A Central OnLine é um poderoso meio de comunicação via Internet, onde a sua pergunta é encaminhada a um de nossos consultores especialmente treinado, para fornecer a resposta correta em tempo real. A Prosoft sabe que não é suficiente oferecer a você os melhores softwares, é essencial fornecer também o melhor e mais completo suporte pelo preço mais justo. Tenha agora mesmo essa poderosa

ferramenta de trabalho à sua disposição acessando

[www.prosoft.com.br](http://www.prosoft.com.br)

ou ligue para

**0800 551037**

para maiores informações.

**Prosoft, melhor por completo.**



## Pioneiros da Contabilidade

# Exame de Suficiência é uma iniciativa elogiada

“O Exame de Suficiência foi a melhor coisa que o CFC já criou”, revela João Batista Pessoa Falcão, de 79 anos. Nascido em Porto de Pedras (AL), João lembra quando se especializou em Contabilidade, em 1947. “Naquela época, não existia faculdade de contabilidade. Consegui exercer a profissão pelo Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, que dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais”, recorda.

Com especialização em Auditoria, João possui dois registros secundários (um na Paraíba e outro em Sergipe), além de ser dono de uma empresa de auditoria, que presta serviços de consultoria a várias empresas locais. João também é perito judicial, em Maceió, e recebeu o título de Cidadão Honorário, conferido pela Câmara Municipal do estado, em 1996.

Esse professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas e membro da Academia de Con-



Marcos Venicius de Moraes

tabilidade de Alagoas foi, por dez anos, presidente do CRCCE e, durante seu mandato, foi contra o exame supletivo realizado, naquela época, para o técnico em contabilidade. “O teste era feito pela Secretaria de Educação. Bastava que o estudante fizesse a prova para poder exercer a profissão. Era um absurdo!”, opina.

Hoje, ele elogia a iniciativa do CFC em realizar o Exame de Sufi-



João Batista Falcão

ciência. “Ele valoriza a Contabilidade no seu aspecto superior, sendo fundamental para a formação profissional”, diz.

### Amor de infância

Ainda criança, Marcos Venicius de Moraes interessou-se pela contabilidade. Seu primeiro contato com as ciências foi no escritório do irmão em Campo Grande (MS), e há

18 anos ele é contador. Sempre atento à evolução tecnológica, Marcos Venicius não se espanta com o advento da informática no setor. “A evolução é automática, de acordo com os meios de comunicação. Hoje, consigo obter informações dos meus clientes com mais agilidade e precisão”, revela.

Marcos Venicius lembra que, há 20 anos, os recursos utilizados para o aprendizado eram poucos, porém adquiria-se um profundo conhecimento na área. Atualmente, existem muitas faculdades que não preparam o profissional para o mercado de trabalho. “Infelizmente, o mercado da educação no Brasil virou um comércio. Tudo é muito fácil. A qualidade do ensino diminuiu e muitos cursos de Ciências Contábeis deixam a desejar”, diz.

Aos 43 anos, Marcos Venicius se formou em Direito. A colação de grau foi em 1999. “Devido à procura dos meus clientes por uma consultoria jurídica, resolvi unir as duas profissões”, justifica.

## A prática contábil aliada à teoria

Fátima Teixeira é uma mulher de sucesso. Hoje, ela comanda o escritório de contabilidade Soconta, em Natal (RN). Fundado em 1966, pelo primeiro proprietário Luiz Gonçalves Pinheiro, o escritório possui oito funcionários e atende a 40 empresas, oferecendo os mais diversos serviços contábeis. A Contabilidade entrou mesmo na vida de Fátima quando ela começou a trabalhar no escritório, em 1976, como digitadora de Imposto de Renda. Ao poucos, foi conhecendo, na prática, todos os fundamentos da profissão.

Por iniciativa do proprietário, Fátima fez o curso de Técnico em Contabilidade. “Com o aprendizado, fui adquirindo ainda mais experiência



Fátima Teixeira está à frente dos negócios do escritório de contabilidade Soconta

na empresa e me tornei uma pessoa de confiança para o senhor Luiz”, lembra com orgulho.

O futuro preparava várias surpresas para Fátima. “Quando o senhor Luiz faleceu, a esposa e os filhos

me chamaram para conversar, oferecendo o escritório a mim”, revela. A família, no entanto, não queria vender o escritório para desconhecidos, com medo de perder a clientela conquistada. “Eu havia comprado um carro, naquela época. Resolvi assumir as contas do escritório e dei meu carro como parte do pagamento” revela.

Hoje, ela lembra, com saudades, do conhecimento que lhe foi passado. “Às vezes me confundo como empregada da empresa; nem me lembro que sou a dona”, revela. “Mas, sou grata ao senhor Luiz, pois, graças a ele, conheci a Contabilidade e estou fazendo faculdade de Ciências Contábeis, para unir a prática à teoria”, conta.

